

FMI cede aos pedidos do Brasil

06 NOV 2003

CORREIO BRAZILIENSE

Acordo prevê linha de crédito de US\$ 14 bilhões para 2004 que só será usada para proteger país de crises internacionais

VICENTE NUNES E
ANDREA CORDEIRO
DA EQUIPE DO CORREIO

Apesar dos desencontros no governo sobre a renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que deixaram apreensivos os investidores, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, anunciou, no início da noite de ontem, a proposta de um novo programa com a instituição. O Brasil terá a sua disposição, ao longo do próximo ano, uma linha de crédito de US\$ 14 bilhões. O dinheiro funcionará como uma espécie de seguro. Só será sacado em caso de crises internacionais.

Segundo explicou Palocci, em vez de o governo brasileiro sacar US\$ 8 bilhões a que tem direito neste ano — é a última parcela do acordo de US\$ 30 bilhões fechado no ano passado, às vésperas das eleições presidenciais —, o dinheiro fará parte da nova linha de crédito. De recursos novos, o Fundo liberará US\$ 6 bilhões. O acordo ainda depende de aprovação do *board* (direção) do FMI, o que deverá ocorrer até dezembro.

O país conseguiu um grande avanço no novo acordo. Como superou em R\$ 2,9 bilhões a meta de superávit primário acertada com o Fundo para os nove primeiros meses do ano, de R\$ 54,2 bilhões, esse volume de recursos será adicionado ao cálculo do superávit de 2004. Na prática, o FMI abriu uma brecha para que estados e municípios tenham uma folga maior, de até R\$ 2,9 bilhões, algo como 0,10% e 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB), para investir em projetos de saneamento básico. O ano que vem é de eleições municipais e o PT está ávido por aumentar o número de prefeituras sob seu comando.

O Brasil também negociou o reescalonamento das dívidas com o FMI, para reduzir as pressões sobre as contas externas. Em 2005, o país teria de pagar R\$ 12 bilhões. Agora, serão US\$ 6,5 bilhões. Em 2006, os pagamentos foram mantidos em US\$ 8 bilhões. Em 2007, em vez de US\$ 2,5 bilhões, o acerto será de US\$ 8 bilhões. Para o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, com essa renegociação, aliada ao processo de recompra de títulos da dívida externa e ao programa de aquisição de dólares no mercado pelo Tesouro Nacional, os pagamento de dívidas ao Fun-

do deixam de ser problema.

Palocci disse que as condições propostas pelo Brasil ao Fundo garantirão a retomada do crescimento econômico do país. "Tanto o governo quanto o Fundo estão convencidos de que o Brasil está entrando em um grande período de estabilidade econômica", destacou. A renovação do acordo, acrescentou o ministro, permitirá que o Brasil encerre sua relação com o FMI de forma confortável, sem sobressaltos.

Ao ser indagado sobre as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na África, de que o acordo final terá de conter o seu aval, Palocci afirmou que o programa apresentado ontem é uma proposta, e não um acordo definitivo.

Avanços

A vice-diretora-gerente do FMI, Anne Krueger, disse que o aval da instituição às propostas brasileiras se deve aos avanços do Brasil no último ano na área econômica. "O país recuperou a credibilidade internacional. E o Fundo tem de apoiar programas econômicos saudáveis, como o executado pelo Brasil. É importante, porém, que os governos sejam responsáveis e

não abandonem políticas sérias depois dos ajustes. Quando isso ocorre, as conquistas se perdem."

Para Anne Krueger, o Brasil deve manter austeridade fiscal e o combate à inflação. "O crescimento da economia brasileira está sendo retomado e as taxas de juros, caindo. Estou otimista. O crescimento econômico vai se acelerar nos próximos trimestres. Temos convicção de que o Brasil está entrando em um ciclo virtuoso", ressaltou. A meta fiscal para 2004 foi mantida em 4,25% do PIB. A previsão de crescimento, a despeito de todo a confiança enfatizada por Palocci e a diretora do FMI, permaneceu em 3,5%.

Palocci ressaltou que o forte ajuste pelo qual passou a economia abriu espaço para investimentos em 2004. Ele afirmou que o detalhamento das propostas finais do novo acordo será concluído nos próximos dias. Mas antecipou o compromisso assumido com o Fundo de reduzir os spreads bancários no Brasil. Os spreads se referem aos ganhos dos bancos nas operações de crédito e chegam a corresponder a sete vezes a taxa básica de juros no país (Selic), de 19% ao ano.

DINHEIRO EXTRA
US\$ 2,9
BILHÕES

é o valor que estados e municípios terão a mais para investir em saneamento básico



PALOCCI (DIR) CUMPRIMENTA A VICE-DIRETORA DO FMI, ANNE KRUEGER: APENAS US\$ 6 BILHÕES SÃO RECURSOS NOVOS

Acordo sem ideologia, diz Krueger

A vice-diretora-gerente do FMI, Anne Krueger, disse que a instituição não costuma considerar a ideologia dos países — se são de esquerda, centro-esquerda ou trabalhistas — com os quais fecha acordos. Muito bem-humorada, ela afirmou que os compromissos assumidos pelo Brasil, no novo programa, contribuirão para a melhoria das condições de vida da população da baixa renda. O mesmo foi enfatizado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, em nota oficial. "O Brasil fez progressos consideráveis ao restaurar a estabilidade macroeconômica", afirmou.

Ao ressaltar seu aval ao novo acordo com o Brasil, totalizando US\$ 14 bilhões, Anne Krueger disse que, em nome do FMI, parabenizava o presidente Lula pelos grandes avanços conseguidos na área econômica em seu primeiro ano de governo. "O que foi feito permitiu uma grande redução nas vulnerabilidades do país", afirmou. A diretora do FMI destacou ainda a necessidade de se investir em

saneamento básico. Por isso, a instituição não fez qualquer restrição à proposta brasileira de permitir que estados e municípios ampliem os investimentos nessa área.

Com o aval do Fundo, os investimentos adicionais em redes de esgoto e água potável poderão chegar a R\$ 2,9 bilhões, valor correspondente ao excesso de superávit primário acumulado pelo setor público em 2003. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse, porém, que só entrarão nessa "folga" investimentos especiais, que realmente tragam benefício à população.

Segundo o ministro, os gastos adicionais de estados e municípios vão se somar aos mais de R\$ 1 bilhão que já constam do Orçamento da União para 2004, em análise pelo Congresso. No seu entender, o país tem uma "enorme dívida" na área de saneamento e as discussões quanto a um novo marco regulatório para o setor avançaram pouco.

Logo depois do anúncio do novo acordo com o Fundo, o

ministro da Fazenda reuniu-se com a bancada de deputados federais do PT, na casa do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (SP). Por mais de uma hora, num jantar regado a outras e vinho, ele explicou aos parlamentares que o novo programa com o FMI é fundamental para que o país garanta a consolidação do processo de crescimento que está em curso.

O ministro enfrentou, porém, resistências da bancada de seu partido. Bastante crítico, o deputado Chico Alencar (RJ) disse que, em vez de ajudar, o acordo com o FMI significará restrições ao crescimento, pois serão mantidas as amarras para investimentos do governo.

Hoje, uma frente parlamentar formada por deputados do PT, PCdoB, PDT e PSB, entre outros, lançará, na Câmara, manifesto com críticas contundentes à renovação do acordo com o Fundo. Na próxima quarta-feira, Palocci se reunirá com a bancada para explicar a todos os parlamentares petistas as regras do acordo. (VN e AC)

O QUE PREVÊ O ACORDO

• O Brasil não sacará os US\$ 8 bilhões que ainda restam do programa fechado com o Fundo no ano passado. Esse dinheiro se somará aos novos US\$ 6 bilhões que a instituição está disponibilizando ao país. No total, os US\$ 14 bilhões estarão liberados para saques a qualquer momento ao longo de 2004, como uma espécie de seguro.

• Estados e municípios poderão investir até R\$ 2,9 bilhões em projetos de saneamento básico no ano que vem, além dos recursos já previstos nos orçamentos públicos. Esses gastos não serão incluídos nos cálculos dos superávits primários. Os R\$ 2,9 bilhões referem-se ao excedente do arrocho que o governo promoveu neste ano para cumprir as metas com o FMI.

• O país acertou o reescalonamento dos pagamentos de dívidas com o Fundo. Em vez de desembolsar R\$ 12 bilhões em 2005, R\$ 8 bilhões em 2006 e R\$ 2,5 bilhões em 2007, o país pagará ao FMI R\$ 6,5 bilhões em 2005, R\$ 8 bilhões em 2006 e R\$ 8 bilhões em 2007.

• O FMI e o Brasil mantiveram a meta de superávit de 4,25% do PIB para 2004. Também não mudou a previsão de crescimento da economia para o ano que vem, de 3,5%.

• O governo terá de trabalhar firme para reduzir os spreads bancários no país. Esses spreads correspondem, em grande maioria, aos ganhos que os bancos têm nos empréstimos a empresas e a pessoas físicas. Segundo o Banco Mundial, o Brasil tem os maiores spreads do mundo.

• O Brasil terá que reduzir a burocracia da máquina pública, melhorar o ambiente para a criação e os investimentos das empresas e garantir a melhoria da população de mais baixa renda.